

A missão comboniana no discernimento dos Capítulos Gerais (1985-2022)

Secretariado-Geral da Missão – Novembro de 2025

Resumo

O documento *A missão comboniana no discernimento dos Capítulos Gerais (1985-2022)* oferece uma releitura orgânica e sintética de quarenta anos de discernimento missionário do Instituto dos Missionários Combonianos, à luz das profundas mudanças globais, eclesiais e culturais ocorridas desde o final do século XX até hoje. Através da análise das Atas dos últimos sete Capítulos Gerais, o texto mostra como o Instituto elaborou progressivamente uma visão coerente e dinâmica da missão, enraizada na perspectiva teológica da *Missio Dei* e fielmente inspirada no carisma de Daniel Comboni.

Embora não haja uma abordagem sistemática e unificada nos capítulos individuais, a sua leitura global evidencia uma continuidade substancial no discernimento, articulada em torno de cinco núcleos fundamentais: uma visão teológica clara da missão como participação na ação trinitária de Deus no mundo; a definição da missão específica do Instituto como missão *ad gentes*, com preferência pelos mais pobres e abandonados; seis princípios carismáticos que qualificam o seu estilo (a hora de Deus, a causa comum, a regeneração de África com África, o cenáculo de apóstolos, o envolvimento eclesial e a missão marcada pela cruz); três elementos metodológicos fundamentais (inserção, abordagem ministerial e inculturação); e, finalmente, a identificação de campos de trabalho prioritários e pastorais específicos como caminho de requalificação missionária.

O texto destaca como a missão comboniana se desenvolveu em diálogo constante com o magistério da Igreja, a reflexão missiológica contemporânea e as transformações históricas, assumindo progressivamente dimensões como a justiça, a paz, a integridade da criação, o diálogo inter-religioso e a ecologia integral. Daí emerge um horizonte comum capaz de reunir uma pluralidade de contextos e sensibilidades, oferecendo uma base partilhada para a renovação e reorganização do serviço missionário do Instituto, em fidelidade ao carisma e em resposta aos desafios da nova era histórica.

Síntese das ideias principais do texto

O documento *A missão comboniana no discernimento dos Capítulos Gerais (1985-2022)* propõe uma releitura unitária e interpretativa de quarenta anos de discernimento missionário do Instituto dos Missionários Combonianos, situando-o no contexto das profundas mudanças epocais que afetaram o mundo, a Igreja e a reflexão missiológica contemporânea. A análise das Atas dos sete Capítulos Gerais de 1985 a 2022 mostra como, apesar da pluralidade de ênfases, linguagens e prioridades ligadas aos diferentes momentos históricos, emerge uma continuidade substancial de visão e orientação, enraizada no carisma de Daniel Comboni e na fidelidade à missão evangelizadora da Igreja.

Um primeiro eixo fundamental do texto é a perspectiva teológica da missão. Os capítulos assumem claramente a visão da *Missio Dei*, amadurecida no Concílio Vaticano II e desenvolvida pelo magistério subsequente: a missão não nasce da iniciativa da Igreja ou dos institutos missionários, mas do Deus trino que continua a operar na história. Os missionários participam nesta ação divina, testemunhando e anunciando o Reino de Deus como oferta de vida plena para toda a humanidade. A missão é assim entendida como compaixão de Deus por um mundo ferido e dividido, como partilha do seu sonho de reconciliação, justiça e fraternidade universal.

Neste quadro teológico insere-se a missão específica do Instituto, definida como missão ad gentes, dirigida preferencialmente aos povos e grupos humanos ainda não evangelizados ou insuficientemente evangelizados, especialmente aqueles marcados pela pobreza, marginalização e abandono. O anúncio explícito de Jesus Cristo continua a ser uma prioridade inalienável, mas inseparável do testemunho de vida, do compromisso com a justiça, a paz e a integridade da criação e da promoção humana integral. Os Capítulos insistem na necessidade de escolhas radicais e corajosas, capazes de evitar a dispersão dos compromissos e de orientar as forças disponíveis para as verdadeiras fronteiras da missão.

Uma contribuição central do documento é a identificação de seis princípios carismáticos que, em conjunto, definem o estilo da missão comboniana. O primeiro é a hora de Deus, ou seja, a consciência de que Deus continua a agir na história e nas culturas dos povos, exigindo aos missionários um discernimento constante dos sinais dos tempos e dos lugares. A isto está ligado o fazer causa comum, expressão típica do carisma comboniano, que indica um estilo de presença solidária, de partilha da vida, dos sofrimentos e das esperanças das pessoas, até à assunção dos riscos e das fragilidades próprias das situações de fronteira.

O terceiro princípio, a regeneração de África com África, expressa uma visão profundamente participativa da missão: os povos não são objeto da evangelização, mas sujeitos ativos da sua própria libertação e crescimento humano e cristão. Isto implica confiança nas pessoas, valorização das culturas, formação de líderes locais, construção de comunidades cristãs vivas e caminhos de inculturação do Evangelho. O quarto princípio, o cenáculo de apóstolos, sublinha a dimensão comunitária da missão: os combonianos são chamados a evangelizar como comunidades interculturais, sinal de fraternidade, comunhão e reconciliação num mundo fragmentado.

O envolvimento eclesial constitui o quinto princípio: o Instituto vive a missão em comunhão com as Igrejas locais, ao seu serviço, evitando protagonismos e paternalismos, e ao mesmo tempo promove a abertura missionária das próprias Igrejas, favorecendo uma troca de dons e uma responsabilidade partilhada pela missão universal. Finalmente, a missão marcada pela cruz reconhece que o anúncio do Evangelho implica inevitavelmente o confronto com o sofrimento, a rejeição e, por vezes, o martírio; esta dimensão não é procurada, mas acolhida como lugar de fidelidade ao carisma e de testemunho radical do amor de Cristo.

Juntamente com os princípios carismáticos, o documento identifica três elementos metodológicos fundamentais que atravessam todo o percurso capitular. O primeiro é a

inserção, entendida como imersão real na vida dos povos, através do estudo da língua e da cultura, um estilo de vida simples e pobre e uma proximidade concreta com as pessoas. O segundo é a abordagem ministerial, que valoriza a pluralidade dos ministérios, a corresponsabilidade eclesial, a formação de comunidades cristãs vivas e a integração entre evangelização e ministério social. Neste quadro, assumem particular relevância a GPIC e, nos últimos Capítulos, a ecologia integral como eixo transversal da missão. O terceiro elemento é a inculturação, entendida como um processo dinâmico através do qual o Evangelho se encarna nas culturas e as culturas enriquecem a Igreja, num caminho guiado pelo Espírito e vivido em comunhão com as Igrejas locais.

Um outro tema central é o dos campos de trabalho prioritários e das pastorais específicas. Perante a desproporção entre compromissos e recursos e a complexidade dos novos desafios globais, os Capítulos orientaram progressivamente o Instituto para uma reorganização missionária baseada em prioridades continentais, em grupos humanos específicos e em formas de colaboração interprovincial e continental. As pastorais específicas tornam-se assim o instrumento privilegiado para qualificar a presença missionária, evitar a fragmentação e tornar mais incisivo o serviço evangelizador.

Em conclusão, a releitura dos Capítulos gerais de 1985 a 2022 mostra que, para além da pluralidade de contextos e sensibilidades, existe um horizonte comum que dá unidade à missão comboniana. Este horizonte reúne a visão teológica, a identidade carismática, o método missionário e as escolhas operativas, oferecendo uma base sólida para continuar o caminho de renovação e requalificação da missão em fidelidade ao Evangelho e em resposta aos desafios da nova era histórica.

A missão comboniana no discernimento dos Capítulos Gerais (1985-2022)

Secretariado-Geral da Missão – Novembro de 2025

Introdução

A reflexão missiológica dos últimos 40 anos registou um certo dinamismo e o surgimento de vários modelos de missão. Isto não deve surpreender, considerando as grandes mudanças epocais que se verificaram, tanto no mundo como na Igreja. O já clássico ensaio de David Bosch, *A transformação da missão* (1991), tornou-se uma referência imprescindível, com a sua abordagem complexa que descreveu as diferentes dimensões da missão através de modelos, ou seja, esquemas interpretativos que procuram definir, descrever e orientar a natureza, as prioridades, os métodos e os objetivos da atividade missionária. Assim, hoje a missão escapa a uma única definição abstrata, mas, como realidade multifacetada, presta-se a ser descrita sob vários pontos de vista, que captam aspetos diferentes e complementares. Tornou-se habitual falar de «missão como...» ou «missão é...» para sublinhar esses aspetos ou dimensões que caracterizam a missão nos nossos tempos. Uma abordagem semelhante é adequada a um mundo em rápida mudança, que exige um

discernimento contínuo e uma abertura a novas realidades. Por outro lado, porém, tende a fragmentar a visão e a criar uma tensão entre as diferentes dimensões.

Tudo isso faz nascer a necessidade e o desejo de chegar a uma síntese, a uma visão de conjunto capaz de oferecer um quadro de referência geral coerente no qual se possa situar. O trabalho de missiólogos como S. Bevans e R. Schroeder (cf. *Teologia para a missão hoje. Costanti nel contesto*, 2004; *Dialogo profetico. La forma della missione per il nostro tempo*, 2012) testemunha esse esforço para chegar a uma síntese. Um testemunho ainda mais importante para nós é o que nos vem do discernimento dos últimos sete capítulos gerais (1985 – 2022). Estes mostram-nos um caminho que tem em conta as mudanças a nível sistémico global, eclesial e também no Instituto Comboniano, em busca da fidelidade ao carisma e à missão num mundo em mudança.

Um caminho de 40 anos

Situamos o ponto de partida no Capítulo de 1985, porque foi o primeiro após a adoção da nova *Regra de Vida* (RV). As Atas Capitulares registam grandes mudanças epocais no mundo, na Igreja e no pensamento missionário e lançam o processo de revisão e requalificação dos compromissos como primeira prioridade. As outras duas prioridades eram, respetivamente, evangelizar como comunidade e em comunhão com a Igreja local; e fazer emergir os valores do Reino de Deus em vista da libertação humana integral. Três temas que refletem a necessidade de responder às mudanças históricas em sintonia com a nova *Regra de Vida*. Embora o Capítulo pretendesse traçar um caminho de seis anos, na realidade colocou em destaque aspetos que caracterizarão a reflexão e o discernimento capitular até aos nossos dias.

O Capítulo de 1991 dialogou e recolheu as instâncias da *Redemptoris missio* (1990) e do magistério social de João Paulo II (*Sollicitudo rei socialis* e *Centesimus anno*). Trata-se de um período histórico muito particular, com o fim da Guerra Fria e a rápida expansão dos processos de globalização económica. Estes, por sua vez, ativam movimentos de busca de raízes culturais e de justiça social que interpelam a missão, solicitando a crescente necessidade de afirmação cultural dos povos, de inculturação e de GPIC (justiça, paz e integridade da criação). Os atos capitulares aprofundam a instância de renovação do Instituto, em continuidade com o Capítulo anterior. Sublinham a necessidade de aprofundar a espiritualidade, de promover comunidades como cenáculos de apóstolos, de focar as prioridades em termos de campos de trabalho e fronteiras, de definir uma metodologia comboniana clara e eficaz em comunhão com a Igreja local. O Capítulo de 1997 foi influenciado pelo Sínodo Africano (1994) e pelo processo que levou à beatificação de Daniel Comboni (1996), bem como pela reflexão missiológica, pela crescente internacionalidade do Instituto e, de modo mais geral, pela crescente consciência do pluralismo cultural e religioso. A energia libertada por estes processos impulsiona o Instituto para além de um certo sentimento de cansaço e perda de entusiasmo. É aproveitada a «hora de África» e sublinhados alguns aspetos da missão particularmente significativos nesse contexto histórico: inculturação e diálogo, colaboração e empenho pela justiça e pela paz, e animação missionária.

Em 2003, o clima é influenciado pela canonização de Daniel Comboni e reflete as expectativas de um novo começo com o novo milénio (*Novo millennio ineunte*), um contexto desafiado pela globalização financeira e pela chamada nova economia, triunfo do modelo neoliberal financeiro. O desenvolvimento das teologias contextuais convida a um novo impulso missionário, o que para o Instituto significa também repensar-se no contexto de uma nova geografia vocacional e de uma realidade de envelhecimento e redução do pessoal. Em resposta a tudo isto, os atos capitulares dão orientações sobre a perspetiva missionária e a renovação da metodologia missionária, lançando também o processo da *Ratio missionis*.

O de 2009 foi um Capítulo especial. Sentia-se o desejo de um plano unitário para o Instituto, face tanto a uma realidade e a uma missão em mudança, como a uma inquietação, a uma dispersão e fragmentação no seio do Instituto, com um enfraquecimento do sentido de identidade e pertença. Sente-se a necessidade de chegar a escolhas que envolvam todos. Os atos capitulares revelam que o fruto do trabalho e do discernimento não é algo radicalmente novo, mas sim a consciência de que devemos avançar sem hesitações e adiamentos, de acordo com reflexões e decisões já elaboradas que ainda não foram implementadas.

Um impulso adicional nesse sentido vem do Capítulo de 2015, inspirado e guiado pela *Evangelii gaudium* (2013) e enriquecido pela participação de um grande número de capitulares de origem africana e americana. Os atos capitulares sublinham a necessidade de reorganização do Instituto – de acordo com as orientações ministeriais – para melhor servir a missão. Definem os critérios para uma requalificação e revisão dos compromissos, indicam o caminho dos serviços pastorais específicos de acordo com as prioridades continentais e tomam nota da missão comboniana na Europa.

Por fim, o Capítulo de 2022 decorreu no contexto da pandemia da COVID-19 e da aceleração das crises globais (sanitária, geopolítica, económico-financeira, climático-ambiental, social, migratória), lidas através da lente do magistério social do Papa Francisco (*Laudato si'*, *Querida Amazonia*, *Fratelli tutti*). Este magistério oferece não só uma chave de interpretação, mas também uma perspetiva cosmológica, na qual tudo está interligado. E isto reflete-se também na abordagem ministerial à missão. Os atos capitulares assumem o caminho da Igreja no âmbito da conversão à ecologia integral, que reconhecem como um eixo fundamental da missão e relançam percursos de requalificação através de pastorais específicas de acordo com as prioridades continentais. A partir destas poucas notas, já se pode perceber que há uma continuidade substancial no caminho de discernimento sobre a missão do Instituto.

Dos conteúdos dos atos capitulares emerge uma visão clara da missão comboniana, cujos vários aspetos são aprofundados de tempos a tempos em resposta às mudanças epocais e à reflexão eclesial e missiológica em curso. Considerados individualmente, por se tratar de capítulos temáticos, não dão uma visão sistemática imediata da missão. Mas, lidos em conjunto, delineiam uma missão comboniana coerente que inclui: uma perspetiva teológica, a consciência da missão específica do Instituto, os princípios carismáticos que a orientam, os elementos fundamentais da metodologia comboniana e os campos de trabalho prioritários.

A perspectiva teológica

Não encontramos uma elaboração teórica sistemática da missão nos atos capitulares, mas é evidente a assunção da perspectiva da *Missio Dei* elaborada no Concílio Vaticano II e retomada continuamente no magistério subsequente (AC 2022, 27). A fonte da missão é trinitária e os missionários são enviados ao mundo para testemunhar e anunciar a Boa Nova do Reino (AC 2003, 31), para partilhar o sonho de Deus que deseja uma vida plena e feliz para toda a humanidade (AC 2009, 23). A missão é contada e vivida como compaixão de Deus por um mundo dividido (AC 2009, 56.3), como realidade que «brota do Deus Trino que partilha a sua vida com a humanidade. Ela é realizada por Jesus Cristo, fonte e inspiração da nossa ação missionária, pedra angular do nosso ser e do nosso agir. O Instituto, com toda a Igreja, participa nesta missão universal» (AC 2009, 56.7).

A missão do Instituto

O ponto de referência fundamental é RV 13, que define o objetivo do Instituto como a realização da missão evangelizadora da Igreja entre os povos ou grupos humanos ainda não evangelizados ou insuficientemente evangelizados. Com uma preferência pelos mais pobres e abandonados em relação ao Reino, especialmente aqueles que se encontram em situações de primeira evangelização (AC 1985, 3).

Trata-se tanto de minorias marginalizadas, não alcançadas pela Igreja e negligenciadas pela sociedade, quanto de grupos ainda não evangelizados ou insuficientemente evangelizados que vivem nas fronteiras da pobreza (AC 2003, 26). Reitera-se a prioridade absoluta da proclamação do Evangelho de Jesus Cristo, com o testemunho de vida, com o anúncio de Cristo (RV 58-59; AC 1997, 15; AC 2003, 26.3) e com o compromisso com a justiça e a paz (AC 1997, 107; AC 2003, 26.3; AC 1985, 33ss).

Num mundo em rápida mudança, é necessário fazer escolhas radicais para alcançar povos marginalizados e ainda não evangelizados, dando prioridade ao anúncio da Palavra de Deus, anúncio do Reino de Deus manifestado em Jesus Cristo (AC 2009, 57.3), que implica o compromisso com a justiça, a paz e a integridade da criação – libertação de tudo o que desumaniza –, a promoção humana e a fraternidade (AC 2009, 39; 56.6).

Assim, a primeira evangelização, levando o Evangelho ao coração da vida das pessoas, das sociedades, das culturas e das tradições religiosas, torna possível um encontro com Cristo capaz de oferecer plenitude de vida e abre à sua incorporação na Igreja, sinal privilegiado do Reino (AC 2003, 39).

Em termos mais narrativos, o Capítulo de 2015 descreveu a missão do Instituto na forma de um sonho: «um Instituto de missionários “em saída”, peregrinos com os mais pobres e abandonados, que evangelizam e são evangelizados através da partilha pessoal e comunitária da alegria [do Evangelho] e da misericórdia, cooperando no desenvolvimento de uma humanidade reconciliada com Deus, com a Criação e com os outros (EG 74)». (AC 2015, 21)

Princípios carismáticos

Num mundo de pluralismo, de mudança de época em curso, de instabilidade e provisoriedade generalizadas, é difícil orientar-se e confiar em modelos estáveis e universais. De facto, também a reflexão sobre a missão segue esta tendência e propõe vários modelos contextuais, em resposta ao surgimento de situações diferentes. No entanto, dos atos capitulares dos últimos sete Capítulos emergem seis princípios que caracterizam e definem a missão comboniana de acordo com o seu carisma. Tratando-se de princípios, eles fornecem referências flexíveis e adaptáveis, um horizonte comum no qual nos podemos reconhecer a partir de cada contexto e situação. Nos atos capitulares, de facto, encontramos reflexões, aprofundamentos e orientações que contextualizam esses princípios, mostrando ao mesmo tempo uma importante continuidade e integração da missão comboniana. Em particular, os seis princípios são:

= **A HORA DE DEUS** (cf. RV 6)

A consciência de que Deus continua presente e atuante na história e nas culturas dos povos (RV 57) e a escutar o clamor dos pobres, exige uma atitude e prática contínuas de discernimento (AC 1997, 10; AC 1991, 6). É o Espírito Santo o verdadeiro protagonista da missão (AC 1997, 10; AC 1985, 5), continua a criar coisas novas (AC 1991, 2.4) e, para captar os seus convites e a sua ação na história, é preciso parar e olhar a realidade com os olhos da fé para descobrir como Cristo está presente nos fatos, contemplando-os à luz da Palavra que é Jesus Cristo, e sermos nós mesmos transformados e assim sentir quais boas novas somos chamados a viver e a anunciar (AC 1997, 24). Em outras palavras, é-nos exigida uma abertura aos sinais dos tempos e dos lugares (AC 2009, 56.9; AC 2015, 22), que não são os factos da história em si mesmos, mas na medida em que se relacionam com o Reino de Deus: apelos que Deus faz através da própria realidade, que nos convidam a ver os sinais da sua presença, misericórdia e ação na história para a transformar (AC 1992, 2.4).

= **FAZER CAUSA COMUM** (RV 5; RV 60)

Esta expressão de Comboni (*Escritos*, 3159) caracteriza a atitude fundamental da presença missionária para a solidariedade e partilha com o povo. Tal atitude tem uma razão teológica, como sublinham os atos capitulares de 1991: «Deus, através do seu Filho encarnado, morto e ressuscitado, ouve o clamor dos pobres e entra com todo o seu ser na história e na dor dos últimos. Sente-se impelido a assumir essa mesma história e essa mesma dor, tornando-se parte dela e fazendo causa comum, mesmo com o risco da vida» (AC 1991, 6.1).

Esta causa comum expressa-se de várias maneiras (AC 1991, 45.1): com a opção pelos mais pobres e abandonados (AC 1997, 26); comprometendo-se no processo de libertação humana integral; partilhando com as pessoas as alegrias, os sofrimentos, as esperanças (AC 2009, 58.3), permanecendo com elas mesmo em situações dramáticas, de sofrimento e grande risco (AC 1997, 25); com a profecia, fazendo ressoar a voz dos que não têm voz; e com um estilo de vida simples e pobre. A este respeito, sublinha-se também a importância do uso de meios pobres e estruturas mais simples (AC 2015, 23), da proximidade e solidariedade com as pessoas, pacientes e respeitadores do seu ritmo, e de um estilo de vida aberto à acolhida,

à hospitalidade e à partilha (AC 1997, 23); e valorizando a iniciativa das pessoas, a sua capacidade de doar e participar no caminho missionário, evitando o paternalismo e o nosso protagonismo (AC 2022, 42).

Por fim, as experiências missionárias que mais partilharam as situações de miséria, violência e fraqueza testemunham que a nossa fragilidade e impotência, com a dor que elas acarretam, são sinal da força e da proximidade do Senhor (AC 1997, 42).

= **A REGENERAÇÃO DE ÁFRICA COM ÁFRICA** (*Escritos*, 2753 – RV 7)

A solidariedade com os pobres é vista como uma regeneração que implica tanto o anúncio explícito do Evangelho de Jesus Cristo para a formação da comunidade cristã, como a promoção humana e social (AC 1991, 6.2). Os combonianos são enviados aos povos para a regeneração «da África com a África», conscientes de que a libertação e o renascimento dos povos estão profundamente ligados à pessoa de Jesus e ao seu Evangelho, e com os próprios povos protagonistas da sua história (AC 2003, 39).

A regeneração da África com a África ocorre através de um processo metodológico pastoral que inclui (AC 1991, 44.1):

- a descoberta e valorização dos sinais do Reino de Deus;
- o respeito pela cultura, tradições, sensibilidade para com os povos e as suas expressões – na consciência da obra do Espírito na sua cultura (AC 2003, 42);
- o anúncio explícito de Jesus Cristo;
- a grande confiança nas pessoas, que se tornam protagonistas da sua história e do seu processo de evangelização (AC 2003, 42. 100);
- a construção de novas comunidades em torno da Palavra de Deus e da celebração dos sacramentos;
- favorecer o crescimento e a colaboração com a Igreja local, rumo a uma autossuficiência ministerial, económica e apostólica;
- a inculturação do Evangelho (AC 2003, 42);
- a formação de líderes e a participação das pessoas (AC 2009, 58.6; AC 1991, 44.2) para que os povos possam ser artífices do seu futuro (AC 2015, 13);
- a libertação integral das pessoas e dos povos (AC 1997, 109; RV 61), com um compromisso com a paz e a justiça, com voz profética diante de situações de injustiça e opressão, sobretudo conscientizando os agentes pastorais e o povo (AC 1985, 34).

Além disso, é preciso evitar o protagonismo dos missionários e promover uma evangelização em que os sujeitos são as igrejas locais e os pobres (AC 1997, 11), conscientes de que é Deus quem guia a história (AC 1997, 24). Os pobres são sujeitos da evangelização, interpelam-nos e ajudam-nos a viver a fidelidade radical ao Evangelho e ao nosso carisma missionário. Fazem-nos descobrir mais profundamente o sentido da espiritualidade, das celebrações

litúrgicas e da reflexão teológica (AC 1991, 4.5); são nossos companheiros de caminho e mestres na promoção da globalização da fraternidade e da ternura (AC 2015, 26).

= **CENÁCULO DE APÓSTOLOS** (*Escritos*, 2648)

Esta expressão icônica de Comboni indica hoje os discípulos missionários unidos na pessoa de Jesus e animados pelo fogo do Espírito, animados pelo sonho do Reino que anunciam como comunidade (AC 2022, 15; AC 2015, 25; AC 2009, 58.4; AC 1997, 19; AC 1991, 30.1). Por outras palavras, a vocação comboniana é evangelizar como comunidades interculturais que vivem em fraternidade orante (AC 2009, 57.2; AC 2003, 35), cuidando uns dos outros, abertas à acolhida, à colaboração e ao diálogo, num caminho sinodal de discernimento que transforma a vida e leva ao compromisso comum na missão (AC 2022, 16; AC 2003, 85), sempre prontas a atualizar o carisma diante dos novos desafios missionários (AC 2015, 3).

A vida comum é, em si mesma, uma proclamação e uma tradução do Evangelho que anunciamos, uma realização do Reino (AC 2003, 84; AC 1985, 34), por exemplo, como sinal de comunhão diante da fragmentação de povos, culturas e pessoas (AC 1997, 27). Por isso, todas as comunidades são chamadas a estar cada vez mais inseridas no contexto e a viver em solidariedade e comunhão com a realidade que as rodeia (AC 2003, 88), centradas na missão e não nas estruturas (AC 1997, 19). São chamadas a ser lugares de comunhão, partilha fraterna, perdão e reconciliação, acolhimento recíproco e relações fraternas (AC 1997, 29).

= **ENVOLVIMENTO ECLESIAL** (RV 8-9)

Este princípio fundamental articula-se em dois aspetos principais: o envolvimento do Instituto nas Igrejas locais e o envolvimento das Igrejas locais na missão ad gentes.

Somos parte integrante das Igrejas locais e, por isso, somos chamados a superar toda forma de protagonismo e paternalismo, participando com disponibilidade nos processos de estudo, discernimento e inculturação nos diversos âmbitos da vida cristã, e colaborando na criação de estruturas adequadas que não sejam um peso para a comunidade (AC 1997, 47). Nesta perspetiva, colocamo-nos em comunhão (AC 1985, 33) e ao serviço da Igreja local, enriquecendo-a com o nosso carisma numa atitude de fidelidade e estímulo (AC 2003, 106), participando plenamente no seu projeto pastoral (AC 2003, 107) e contribuindo para iniciativas de evangelização sustentáveis, caracterizadas por um estilo de vida simples, meios sóbrios e programas que favoreçam a autossuficiência da comunidade. O nosso compromisso expressa-se também no diálogo constante com a Igreja local na programação pastoral (AC 1985, 11) e numa presença qualificada do Instituto (AC 1985, 12), reconhecendo como valor fundamental a comunhão com ela (AC 1985, 33). Conscientes de que a Igreja local é o sujeito da inculturação do Evangelho (AC 1997, 43), recordamos que os cristãos, no exercício do seu ministério e em espírito de comunhão sinodal, são chamados a viver e expressar o Evangelho de acordo com os seus valores culturais (AC 1997, 46).

Por outro lado, somos também chamados a abrir cada Igreja local à missão ad gentes (AC 1991, 47), tanto *ad intra* como *ad extra* (AC 1997, 99), favorecendo uma comunhão

missionária que se expresse como autêntica troca de dons entre as Igrejas e que alimente a consciência missionária do Povo de Deus (AC 2009, 39). Nas comunidades de antiga tradição cristã, a animação missionária configura-se como um verdadeiro serviço de evangelização: convida à conversão, sensibiliza para as necessidades dos mais pobres, abre à universalidade e promove a comunhão entre as Igrejas, num dinamismo de enriquecimento recíproco (AC 1997, 100). Nestes contextos, ela torna-se hoje um anúncio corajoso da Boa Nova e um convite urgente à metanoia, para fazer crescer um mundo novo e mais fraterno; daí a urgência de uma imprensa e de uma animação missionária de base que sejam proféticas (AC 1985, 3.4). Ao mesmo tempo, estamos empenhados em abrir à missão ad gentes também as Igrejas locais nascentes, promovendo a comunhão e a cooperação entre todas as comunidades cristãs (AC 1991, 47) e lembrando-lhes o olhar para horizontes missionários mais vastos (AC 2009, 56.6). Isso implica despertar a vocação e a responsabilidade missionária, favorecer a comunhão e a cooperação espiritual e material e apoiar a pastoral juvenil e vocacional (AC 2009, 57.5). Nesta perspetiva, valorizamos com especial atenção a animação missionária, o contacto pessoal e a comunicação social e digital, instrumentos privilegiados para alcançar as pessoas e experimentar novas formas de anunciar a Palavra (AC 2022, 32). Aceitamos também o desafio da transformação digital, que nos leva a procurar formas sustentáveis de chegar às pessoas e influenciar as comunidades cristãs e a opinião pública, colaborando com redes e territórios (AC 2022, 32.1), e comprometemo-nos a realizar planos de comunicação que orientem e programem eficazmente o nosso trabalho neste campo (AC 2022, 32.2).

= **MISSÃO MARCADA PELA CRUZ** (RV 4)

Este aspeto difere dos outros que o precederam, na medida em que destaca uma realidade que os missionários encontram no seu caminho, que lhes surge naturalmente, em vez de ser procurada através de compromissos e planos. No entanto, como nos recorda o Capítulo de 2009, «a doação total que nos pede para assumir situações muito difíceis é marcada pela cruz. Seguindo o exemplo de Comboni, escolhemos estas realidades como sinal de profundo amor pelo povo». A vitalidade do carisma e a fidelidade são confirmadas na situação de martírio em que muitos combonianos escolhem permanecer e trabalhar (AC 1991, 4.2) para estar perto e acompanhar o povo sofredor (AC 1991, 40.5). O Papa Francisco, na mensagem comunicada na audiência com os capitulares em 18 de junho de 2022, recordou como o discípulo-missionário sabe oferecer toda a sua vida e arriscá-la até ao martírio como testemunho de Jesus Cristo. E esta é uma realidade que faz parte da história comboniana, também em concomitância com os processos capitulares, como no caso do P. Ezechiele Ramin (1985) e do P. Mario Mantovani e Fr. Godfrey Kiryowa (AC 2003, 15).

Elementos metodológicos fundamentais

O tema da metodologia missionária volta constantemente com insistência nos momentos marcantes da vida do Instituto desde 1982. Desde então, todos os Capítulos gerais refletiram e deram orientações sobre a metodologia comboniana. Estas contribuições não restituem um quadro orgânico, pois tendem, dependendo das situações e dos contextos histórico-geográficos, a centrar-se em aspetos ou perspetivas particulares. Por exemplo, a

preocupação do Capítulo de 1985 é a revisão e requalificação dos compromissos, com atenção aos valores do Reino. Em 1991, o foco é o estilo de vida e a espiritualidade, além dos meios e técnicas da pastoral (AC 1991, 42). A perspectiva do Capítulo de 1997 é a de edificar a Igreja como família de Deus, colocando em destaque alguns modelos de missão, ou seja, os da inculturação, do diálogo e do compromisso com a justiça e a paz. Em 2003, reflete-se sobre a renovação da metodologia missionária, colocando em foco a ação e a contemplação, o ministério e a colaboração, a inculturação, o diálogo e o anúncio. O Capítulo de 2009, influenciado pelo processo da *Ratio missionis*, recorda alguns elementos para uma metodologia missionária renovada, enquanto em 2015 o tema é novamente a revisão dos compromissos, mas com ênfase na evangelização e nos serviços pastorais específicos. Esta última perspectiva é retomada em 2022, juntamente com a reflexão sobre a ecologia integral como eixo fundamental da missão comboniana.

No entanto, ao reler todas estas contribuições no seu conjunto, percebemos que emergem três elementos fundamentais recorrentes, pontos de referência imprescindíveis na elaboração de metodologias contextuais: trata-se da inserção, da abordagem ministerial e da inculturação.

1. INSERÇÃO

Este é o ponto de partida para qualquer compromisso missionário e requer, antes de tudo, um estudo aprofundado da língua e da cultura local (AC 1991, 44.2.a). A inserção é a premissa para a tradução prática de cada um dos seis princípios carismáticos acima expostos e também um passo preliminar para os processos de inculturação (AC 1997, 37).

Um estilo de vida simples e uma verdadeira proximidade com as pessoas são fundamentais no estilo comboniano da missão: a comunidade missionária é chamada a partilhar o destino do povo entre o qual vive, assumindo o seu estilo de vida, as suas atitudes, os seus sofrimentos, a sua língua e o seu ritmo quotidiano (AC 1991, 31.5), cultivando uma atitude constante de solidariedade e partilha (AC 1991, 45.1). A escolha de estruturas e modos de vida simples e pobres (AC 1991, 45.1.e), acolhedoras e partilhadas, torna a presença missionária mais humana, próxima e capaz de gerar alegria e fraternidade (AC 2015, 23), enquanto a hospitalidade vivida como a vive o povo se torna sinal concreto de comunhão (AC 1991, 45.2.a).

Inserção significa também fazer uma análise cuidadosa da realidade, capaz de reconhecer e valorizar a obra do Espírito na cultura local (AC 2003, 42). São encorajadas experiências de inserção mais radicais (AC 1985, 32; AC 1991, 45.2.f) e o Capítulo de 2003, além disso, exorta todas as comunidades a uma inserção cada vez mais profunda no contexto local, em solidariedade com as pessoas e os seus desafios (AC 2003, 88). Sonhamos, assim, com um estilo de vida missionário plenamente inserido na realidade dos povos, atento ao clamor da terra e dos empobrecidos, sustentado por comunidades interculturais que testemunham fraternidade, comunhão, amizade social e serviço às Igrejas locais através de escolhas de vida e estruturas mais simples (AC 2022, 28), adequadas ao contexto social em que vivemos, úteis para melhorar a vida do povo (AC 2022, 42.2).

2. ABORDAGEM MINISTERIAL

Desde o Capítulo de 1985, o Instituto optou por uma metodologia missionária que valoriza a confiança no Espírito Santo, a promoção dos ministérios, a simplicidade dos meios e a formação de pequenas comunidades cristãs (AC 1985, 5; AC 1991, 42.2.c). Desta forma, os missionários acompanham as pessoas no seu caminho de fé e de vida (AC 1997, 25), com um estilo de serviço, fazendo crescer comunidades evangelizadoras com uma pluralidade de ministérios (AC 1991, 46.1) e acompanhando-as com um sentido profético para enfrentar as suas lutas, realizar as suas aspirações e o seu caminho de libertação integral (AC 1991, 45.2.b).

É, portanto, essencial favorecer o crescimento de comunidades cristãs vivas, como lugares de comunhão, oração, escuta da palavra, iniciação à vida eclesial, reflexão sobre os problemas humanos à luz do Evangelho e compromisso com a transformação das estruturas sociais (EiA 89). Ou seja, promover uma «Igreja ministerial», que discerne e promove os dons que o Espírito distribui a todos (AC 1997, 17). Neste sentido, deve ser dada especial atenção à formação de líderes locais, tanto no campo sociopolítico como eclesial (AC 1991, 44.2.b).

A abordagem ministerial também envolve atitudes características e aspetos transversais aos diferentes ministérios, como a combinação de ação e reflexão, a colaboração, o diálogo e os ministérios sociais.

Os dois últimos Capítulos indicaram na ministerialidade e nas pastorais específicas a chave para a requalificação do serviço missionário do Instituto, acolhendo o convite da *Evangelii gaudium* (EG 33 e 27) a sermos ousados e criativos e a repensarmos os objetivos, as estruturas, os estilos e os métodos de evangelização e animação missionária (AC 2015, 39).

- Ação e contemplação (espiritualidade)

A ministerialidade alimenta-se de uma espiritualidade encarnada, que cura e humaniza, baseada na Palavra de Deus que toca e inspira todas as dimensões da vida missionária (AC 2015, 30). Na base das atividades está uma relação de comunhão com Deus e a capacidade de ler a vida e a história à luz da fé, o que leva a um novo estilo de vida (AC 2015, 29).

Isso implica parar e olhar a realidade com os olhos da fé para descobrir como Cristo está presente nos fatos e refletir se a nossa ação responde aos convites do Espírito. Contemplar os factos à luz da Palavra que é Jesus Cristo e sermos nós mesmos transformados e assim sentir que boa nova somos chamados a viver e anunciar (AC 1997, 24). Como missionários abertos à ação de Deus em nós, vivemos o encontro com o Senhor como discípulos inteiramente dedicados à missão (AC 2009, 22). O testemunho do amor do Senhor, que traz esperança a toda a humanidade, nasce desta relação com o Senhor, que nos convida a ser construtores de fraternidade, a doar-nos aos outros como comunicadores da paz da vida, a acolher todos e a ser boa nova no meio dos mais pobres. (AC 2009, 23).

Isto exige que enraizemos a nossa espiritualidade na ação do Espírito e na contemplação e que façamos um discernimento contínuo no encontro entre a Palavra e a realidade (AC 2009, 29.36), para captar na missão de hoje os sinais dos tempos e dos lugares (AC 2015, 22).

Somos convidados por Comboni a manter os olhos fixos em Jesus Cristo, que nos introduz na contemplação do mistério de Deus, mas também no mistério da humanidade, onde O encontramos presente na sua riqueza e diversidade. (AC 2015, 28). Assim, as nossas comunidades vivem a missão como fruto do discernimento e do compromisso partilhado, colaborando com as outras forças presentes no local (AC 2022, 19).

- Colaboração

A colaboração ministerial na missão caracteriza-se como um processo profundamente sinodal que envolve o Povo de Deus em todas as fases da ação pastoral, desde a programação até à verificação, para que cada um possa sentir-se parte ativa da missão (AC 1991, 42.2.d). Num contexto marcado pelo individualismo e pela fragmentação, escolher a unidade e a corresponsabilidade na evangelização torna-se, por si só, testemunho do Reino de Deus e expressão do carisma comboniano, que levou São Daniel Comboni a reunir à sua volta todas as forças disponíveis para a regeneração de África (AC 1997, 71-72). Esta colaboração estende-se também ao nível institucional, onde o diálogo, a partilha de pessoal e a coordenação entre as Circunscrições permitem requalificar a presença missionária, reduzindo os compromissos dispersivos e promovendo pastorais específicas a nível continental (AC 2022, 31.3). Ao mesmo tempo, é fundamental construir caminhos comuns com as Igrejas locais para desenvolver pastorais contextualizadas e, juntamente com os movimentos populares, ativar redes capazes de responder de forma criativa e encarnada aos desafios dos territórios (AC 2022, 31.4).

- Ministérios sociais: ecologia integral e GPIC

A promoção humana sempre fez parte da nossa missão, mas hoje esse compromisso não é mais suficiente: somos chamados a identificar e analisar as causas profundas dos sistemas de opressão estrutural nos campos económico, político, social, cultural e religioso. Calar-se diante das injustiças significaria aliar-se ao opressor e colocar-se contra os oprimidos (AC 1997, 107). Nesse sentido, a GPIC não é um acréscimo opcional, mas uma dimensão constitutiva do anúncio evangélico, como lembra o documento do Sínodo dos Bispos *Justiça no mundo* (AC 1997, 110). Evangelizar significa, portanto, confrontar-se com tudo o que fere a dignidade humana e a criação.

O próprio Comboni foi um exemplo desta integração entre evangelização e compromisso social: lutou contra graves formas de injustiça do seu tempo, como o tráfico de escravos e o comércio de armas, e promoveu o desenvolvimento humano integral (AC 1997, 108). No Instituto existe também uma sólida tradição de ministério GPIC (AC 1997, 109): algumas revistas desempenharam um papel profético na denúncia das injustiças; a *Regra de Vida* apela à libertação integral da pessoa (RV 61) e o Instituto expressou-a na promoção dos valores do Reino (AC 1985, 35-68) e em fazer causa comum com os povos, empenhando-se na sua libertação (AC 1991, 6.2; 45.1). Este património mostra como a GPIC é uma expressão concreta do carisma comboniano e um caminho privilegiado para tornar visível o Evangelho na história.

Perante os grandes desafios globais, complexos nas suas causas e consequências, as comunidades cristãs são, portanto, chamadas a dar uma resposta de fé, renovando e qualificando a sua opção pela justa causa dos pobres e oprimidos. Isto implica o compromisso de identificar as causas das injustiças e colaborar com todas as forças envolvidas no ministério da justiça e da paz, um ministério que inclui o anúncio e a denúncia profética, a formação das consciências e a construção de redes colaborativas (AC 1991, 113-117). Para tornar eficaz esse compromisso, é importante criar grupos locais de monitorização, sensibilização e defesa a nível provincial, estar presente nos órgãos decisórios para promover políticas mais solidárias e promover redes continentais e intercontinentais, como as de direitos humanos ou de justiça económica através da AEFJN (AC 2003, 46-47).

A economia, esfera decisiva da experiência humana, é hoje um dos setores menos evangelizados num mundo dominado pelo neoliberalismo (AC 2003, 101). Por isso, somos chamados a solidarizar-nos ainda mais profundamente com os marginalizados, promovendo os direitos humanos fundamentais e colocando a pessoa – e não o lucro – no centro do projeto social. O testemunho evangélico passa também pelo *lobbying*, pelo *networking* e pela participação em atividades de justiça e paz, tanto através dos meios de comunicação social como através de escolhas comunitárias que apoiem modelos económicos alternativos (AC 2003, 29).

Por fim, o Capítulo de 2022, reconhecendo a interligação de toda a realidade, assumiu a ecologia integral como um eixo fundamental da nossa missão, capaz de relacionar as dimensões pastoral, litúrgica, formativa, social, económica, política e ambiental (AC 2022, 30). A ecologia integral mostra mais uma vez que a GPIC não é um domínio setorial, mas parte integrante e transversal da evangelização, orientando o nosso estilo missionário para um cuidado global da pessoa e da criação.

- *Diálogo*

O diálogo é um elemento qualificativo da abordagem missionária ministerial e constitui hoje uma via privilegiada para anunciar o Evangelho num mundo marcado pelo pluralismo religioso e cultural. Num contexto em que a diversidade cresce e se entrelaça, somos chamados a encontrar novas formas de relação e colaboração que evitem confrontos, competição e proselitismo e que, pelo contrário, contribuam para a construção da justiça e da paz (AC 1997, 53). Também o magistério dos bispos nos exorta a percorrer caminhos de diálogo que, até pouco tempo atrás, eram vistos com preconceito ou abordados de forma unilateral (AC 1997, 45).

Um âmbito particularmente significativo é a relação com o Islão. As comunidades cristãs devem ser conscientizadas da importância do diálogo com os muçulmanos (AC 1997, 64), reconhecendo que a nossa presença entre os fiéis do Islão visa a primeira evangelização através do testemunho de vida, das iniciativas de diálogo inter-religioso em comunhão com as Igrejas locais e, onde possível, também do anúncio direto do Evangelho, como recorda *Ecclesia in Africa* 66 (AC 1997, 65). Na tradição comboniana, além disso, a escola, as obras

sociais e a promoção da mulher são espaços privilegiados de encontro, evangelização e diálogo com o Islão (AC 1997, 67). Faz parte da mesma lógica evangélica promover iniciativas de diálogo, relações de estima e confiança e colaborar com os muçulmanos que se empenham no respeito pelos direitos humanos e na emancipação da mulher (AC 1997, 68). Neste contexto, o Capítulo de 2022 reafirma com força o compromisso do Instituto no diálogo com o Islão, à luz da presença cada vez mais significativa dos muçulmanos nos contextos em que operamos (AC 2022, 31.8).

O diálogo inter-religioso, porém, não se limita ao Islão: ele abrange todas as tradições religiosas nas quais estamos inseridos, como as religiões tradicionais africanas e asiáticas, as religiões indígenas e afrodescendentes, e se estende também ao diálogo intercultural, em sintonia com o espírito do documento sobre a *Fraternidade humana para a paz mundial e a convivência comum* assinado pelo Papa Francisco em Abu Dhabi em 2019 (AC 2022, 31.7). O Espírito de Cristo precede a missão e guia misteriosamente o caminho dos povos; em cada tradição religiosa encontram-se elementos que são fruto da sua ação. Por isso, o anúncio do Evangelho requer uma atitude de escuta profunda e respeitosa dos valores e das experiências religiosas concretas das pessoas que encontramos (AC 2003, 113). Em alguns contextos particulares, onde a presença da Igreja é minoritária, as instituições escolares continuam a representar um lugar precioso para educar para o diálogo, a acolhida e a convivência.

Em todas estas dimensões – religiosa, cultural, social e missionária – o diálogo não é um simples instrumento, mas um estilo evangélico que reflete a confiança na ação do Espírito, a centralidade da dignidade humana e a escolha por uma missão que constrói pontes, abre caminhos partilhados e promove a convivência pacífica entre os povos.

- Pastorais específicas

As pastorais específicas tornaram-se para o Instituto a chave da requalificação ministerial, pois permitem orientar a missão com maior coerência, continuidade e incisividade. Nesta linha, o Capítulo de 2015 identificou como caminho de renovação a constituição de comunidades numericamente mais consistentes, mais estáveis e internacionais, capazes de dar testemunho de comunhão e fraternidade e de promover especializações úteis para qualificar os nossos compromissos (AC 2015, 44.9).

O Capítulo de 2022 esclareceu ainda mais a urgência de requalificar os compromissos segundo o critério da ministerialidade, que exige a assunção de pastorais específicas através de caminhos de ampla colaboração como estilo missionário (AC 2022, 9). Por isso, assumimos as pastorais específicas, de acordo com as prioridades continentais (cf. AC '15, 45.3), como referência para a reorganização dos compromissos a nível das Circunscrições e Continentes, na lógica da redução, da focalização e da colaboração (AC 2022, 31). É fundamental iniciar percursos participativos que acompanhem o desenvolvimento dessas pastorais em relação às prioridades continentais, com particular atenção aos grupos humanos prioritários (AC 2022, 31.1), e promover um diálogo constante com as Igrejas locais para elaborar pastorais específicas e contextualizadas, trabalhando em rede com os

movimentos populares (AC 2022, 31.4). Neste quadro, o desenvolvimento da GPIC encontra um novo impulso graças à sua integração nas redes locais e interprovinciais das pastorais específicas (AC 2015, 45.5).

3. INCULTURAÇÃO

A inculturação constitui um elemento metodológico fundamental da evangelização, na medida em que é parte integrante da missão encarnar o Evangelho nas culturas dos povos (AC 1997, 31). Hoje, ela surge como uma necessidade particularmente urgente (AC 1997, 32), sobretudo no contexto da imposição de uma cultura global de massa e da presença de conflitos étnicos, divisões, pluralidades culturais e crises de identidade que enfraquecem as referências culturais, religiosas e sociais. Esta situação convida a um compromisso renovado com a inculturação do Evangelho no encontro concreto com os povos (AC 1997, 36).

A Igreja local é o verdadeiro sujeito da inculturação – como sublinha *Ecclesia in Africa* 61 – chamada a discernir, à luz do mistério da Encarnação e da Redenção, os valores e os anti-valores das culturas. O processo é sempre dinâmico e recíproco: como no mistério de Pentecostes, o Evangelho introduz a novidade de Cristo nas culturas, enquanto as próprias culturas enriquecem a Igreja, oferecendo novas expressões da vida cristã (RM 52), em consonância com o que afirmam *Ad Gentes* (AG 15) e *Evangelii Nuntiandi* (EN 29) (AC 1997, 45). Comboni compreendeu e sublinhou isso: os cristãos, no exercício do seu ministério e em comunhão sinodal, são chamados a viver e a expressar o Evangelho de acordo com os seus valores culturais. De facto, é a Igreja local o sujeito principal que assimila o evento de Cristo e o re-expressa através da sua própria linguagem, da sua própria cultura e das suas próprias formas religiosas (AC 2003, 110).

A inculturação requer, porém, uma atitude missionária precisa: um estudo sério e empenhado da língua e da cultura locais, aliado a uma profunda estima e respeito (AC 2003, 111). Como pessoas interculturais, somos chamados a discernir os valores e contra-valores das culturas à luz do Evangelho, vivendo uma experiência que nos faz crescer como pessoas e como crentes. Este caminho convida-nos a ser instrumentos de intercâmbio e enriquecimento recíproco entre as diferentes culturas em que operamos, contribuindo para gerar uma Igreja verdadeiramente católica, isto é, universal na comunhão e plural nas suas expressões (AC 2003, 112).

Assim entendida, a inculturação não é uma simples adaptação, mas um processo teológico, eclesial e pastoral que permite ao Evangelho assumir a «carne» dos povos e aos povos imprimir na Igreja a cor e o sabor das suas tradições, como uma «pérola escura» que enriquece o tesouro comum da fé.

Campos de trabalho prioritários

O processo de redação da nova *Regra de Vida*, com a profunda recuperação do Fundador e do carisma, desencadeou a necessidade de revisão dos compromissos para promover uma resposta carismática mais autêntica aos novos desafios da missão. Essa necessidade se acentuou com o tempo, à medida que crescia a desproporção entre os compromissos

assumidos e as forças e energias realmente disponíveis (AC 2015, 40-41), além do surgimento de novos desafios missionários (AC 2009, 1). A reflexão do Instituto procurou continuamente enfocar tanto os critérios de escolha (AC 1985, 10-12; AC 1991, 3.2; AC 2003, 44; AC 2015, 44.5) quanto os campos de trabalho prioritários efetivos (AC 1985, 3; AC 1991, 40-41; AC 1997, 7-8; AC 2003, 38. 50; AC 2009, 62-63; AC 2015, 45.3 e 46; AC 2022, 31), optando por uma abordagem ministerial e por uma reorganização, a fim de evitar a dispersão (AC 2015, 43).

A presença comboniana é significativa quando estamos próximos de grupos humanos marginalizados ou em situações de fronteira. No entanto, nem sempre esta presença se vale de uma pastoral específica qualificada em termos de métodos e competências (AC 2015, 45.2). Daí surgiu a necessidade de serviços pastorais específicos, em linha com as prioridades continentais, partilhados por várias circunscrições e vividos numa colaboração mais ampla a nível interprovincial e continental. Desta forma, mesmo reduzindo as comunidades em cada país, trabalhando em rede é possível desenvolver uma pastoral específica (AC 2015, 45.3).

Se olharmos para as prioridades continentais expressas nos Capítulos, vemos que são de dois tipos: grupos humanos e dimensões transversais da missão, ou seja, aspetos que devem estar presentes em qualquer contexto e ministério. É interessante notar que as prioridades para os grupos humanos, segundo o carisma comboniano, consideradas numa base continental, não são muitas. Este é um dado muito importante, porque oferece a possibilidade de remediar gradualmente a dispersão e fragmentação dos compromissos do Instituto. Em particular, essas prioridades continentais são:

ÁFRICA

- Grupos humanos ainda não evangelizados
- Pastorais
- Pigmeus
- Habitantes das periferias urbanas pobres
- População em contexto islâmico
- Jovens marginalizados
- Migrantes e refugiados

ÁSIA

- Povos não evangelizados
- = primeira evangelização
= diálogo inter-religioso

AMÉRICA

- Afrodescendentes
- Povos indígenas
- Habitantes das periferias urbanas pobres

EUROPA

- Migrantes e refugiados

Conclusão

Nos primeiros 20 anos após o Concílio, na era dos Capítulos especiais, a grande preocupação dos institutos religiosos foi rever toda a vida à luz do carisma. A recuperação profunda e atualizada do Fundador e da inspiração primitiva condensou-se na *Regra de Vida*. Esta pesquisa levou também à revisão dos compromissos, ou seja, a refletir e avaliar quais compromissos correspondiam efetivamente à inspiração original do fundador. Ao mesmo tempo, surge a questão de como os institutos gerem esses compromissos, ou seja, o discurso sobre o método. Além do impulso do Concílio Vaticano II, esta busca contínua tornou-se necessária devido às grandes mudanças históricas que têm um impacto considerável também no Instituto e na missão (Pierli 1989).

A necessidade de fazer uma síntese, de reencontrar pontos de referência comuns e partilhados no Instituto surgiu com o novo milénio. Entre 2003 (com a decisão tomada no Capítulo Geral) e 2012, foi levado a cabo um trabalho que envolveu todo o Instituto sobre a *Ratio missionis*, uma reflexão teológica sobre a missão e a metodologia comboniana. Seguindo a reflexão missiológica daqueles anos, o processo tomou nota da necessidade de contextualização da missão, que se reflete na elaboração de diferentes modelos de missão.

A releitura dos atos capitulares de 1985 a 2022, no entanto, mostra-nos que, na realidade, existe um horizonte de referência no qual os missionários combonianos se encontram, mesmo permanecendo numa realidade plural, na qual coexistem sensibilidades e perspetivas diferentes, sem renunciar às diferenças, sem perder as peculiaridades dos diferentes contextos. Esse horizonte comum contém:

1. Uma visão da missão definida pelo magistério da Igreja como *Missio Dei*.
2. A missão específica do Instituto, missão ad gentes, reinterpretada de acordo com os sinais dos tempos e o novo contexto global.
3. Seis princípios carismáticos que caracterizam o estilo comboniano de missão, que são:
 - = a hora de Deus;
 - = fazer causa comum;
 - = a regeneração de África com África;
 - = o cenáculo de apóstolos;
 - = o envolvimento eclesial;
 - = e a missão marcada pela cruz.
4. Três elementos metodológicos fundamentais, a saber:
 - = a inserção,

= a abordagem ministerial

= e a inculturação.

5. Campos de trabalho prioritários e pastorais específicas como caminho atual de requalificação.

Consideramos que, nesta base, é possível construir juntos um caminho de requalificação e reorganização do serviço missionário do Instituto, em fidelidade ao carisma e em resposta aos novos desafios que nos coloca a nova era histórica que se está a desenrolar.

Secretariado-Geral da Missão

Novembro de 2025

Bibliografia

-Missionários Combonianos (2012). *«A nossa missão. Experiência e reflexão. Conclusões do processo da Ratio Missionis»*.

-Pierli, F. (1989) «Introdução», em AA.VV. (1989) *Evangelização em África. Por uma metodologia comboniana. Bibliotheca comboniana*, Roma, pp. 7-15.

-XIII Capítulo Geral (1985). *«Atas Capitulares»*.

-XIV Capítulo Geral (1991). *«Atas Capitulares: «Com Daniel Comboni hoje»»*.

-XV Capítulo Geral (1997). *«Atas Capitulares: «Recomeçar a missão com a audácia do Beato Daniel Comboni»»*.

-XVI Capítulo Geral (2003). *«Atos Capitulares: «A missão dos missionários combonianos no início do terceiro milénio»»*.

-XVII Capítulo Geral (2009). *«Atos Capitulares: «Do Plano de Comboni ao plano dos missionários combonianos»»*.

-XVIII Capítulo Geral (2015). *«Atos Capitulares: «Discípulos missionários combonianos chamados a viver a alegria do Evangelho no mundo de hoje»»*.

-XIX Capítulo Geral (2022). *«Atos Capitulares: «Eu sou a videira, vós os ramos. Enraizados em Cristo junto com Comboni»»*.